



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

ANTI-RACIST PEDAGOGICAL PRACTICES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION - EJA: A PROCESS UNDER CONSTRUCTION

IZALTO JUNIOR CONCEIÇÃO MATOS

Doutor em Educação pela UNICAMP/Campinas. Mestre em Educação pela UNICAMP/Campinas. Graduado em Pedagogia pela UNICAMP/Campinas. Professor de Educação de Jovens e Adultos na Fundação Municipal Para Educação Comunitária – FUMEC/Campinas. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Social e EJA – GEPESEJA/GEPLAGE/UFSCAR - Sorocaba.
izaltojunior@uol.com.br

RESUMO

Em um país marcado pela desigualdade racial e pela injustiça social, observamos que a discriminação, o racismo e o preconceito são temas pouco discutidos na escola, são sintomas do racismo estrutural, práticas que tem sido questionada em nosso país, objetivando problematizar as questões raciais na escola, a lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 incluíram no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesse contexto inserimos nas aulas da EJA – anos iniciais, as discussões sobre a temática, visando a construção de um novo olhar sobre as questões étnico-raciais e o desenvolvimento de práticas antirracistas.

Palavras- chave: Educação antirracista - Educação de Jovens Adultos e Idosos, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

In a country marked by racial inequality and social injustice, we observe that we detect it, racism and prejudice are topics that are little discussed at school, psychologists are of structural racism, practices that have been questioned in our country, aiming to problematize racial issues at school, law 10.639/03 and law 11.645/08 included the mandatory theme of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in the official basic education curriculum. In this context, we inserted in the EJA classes - early years, such as discussions on the subject, seeking the construction of a new look at ethnic-racial issues and the development of anti-racist practices.

Keywords: Anti-racist education - Young Adult and Elderly Education, Pedagogical Practices.

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é o de deslindar práticas desenvolvidas em uma sala de aula da EJA – anos iniciais¹, tendo como foco, a discussão das questões étnico-raciais. A oportunidade para elaborar esse texto, me permitirá apresentar e discutir, alguns aspectos das questões raciais no âmbito do projeto: “África em sala da EJA”, projeto esse que realizo com os alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, nos anos iniciais em uma sala de aula em Campinas, no estado de São Paulo. Esse projeto tem o objetivo de problematizar, divulgar, propagar, um novo olhar sobre o continente africano, bem como, contribuir com a construção de um novo paradigma² sobre a África, o que nos permitiu apresentar aos alunos uma África pujante, com suas riquezas naturais, com grande desenvolvimento urbano e econômico. Uma África diferente daquela, que usualmente, vem sendo apresentada pela mídia e pelos livros didáticos.

O projeto em desenvolvimento, abraça uma temática muito importante e necessária, ou seja, a de ressignificar o lugar da África, das relações étnico-raciais e do negro no contexto social brasileiro. Contexto esse, marcado, em nosso país, pelas desigualdades sociais e educacionais entre brancos e negros, que ainda são imensas, sendo que os negros, ainda respondem com baixos índices de desenvolvimento humano e social.

O preconceito cria um estigma, uma marca, uma relação perversa,

negativa quanto ao que diz respeito aos negros, às suas formas de ser e de significar o mundo. Essas elaborações preconceituosas que criam padrões estéticos, culturais, são muitas vezes produzidos e reproduzidos dentro do espaço escolar, onde paradoxalmente se atribui, atualmente, a responsabilidade pela promoção de valores de respeito pelas diversidades.

Utilizamos como um dos principais material de apoio o Atlas GeoCultural da África, material didático produzido com o objetivo de apresentar uma nova visão sobre a África, superando um olhar eurocêntrico, tradicional e conservador sobre África e os africanos.

O artigo produzido para a revista em tela, está organizado em duas seções: a primeira trata da capacitação de professores e de seus desafios para a implementação da lei nº 10.639/03. Em uma segunda seção, apresentamos algumas práticas pedagógicas, desenvolvidas com os alunos da EJA.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Como capacitar professores visando a implementação da lei Nº 10.639/03.

Ao falar de escola e de educação antirracista, não podemos nos esquecer dos professores e de sua formação. Como certa vez disse Paulo Freire, a escola não são os prédios, mas sim, as pessoas que lá estão. A lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino. No entanto,

¹ EJA é a sigla de Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada.

² Na obra de Thomas Kuhn o paradigma assume uma função estruturante da forma como os fenômenos são analisados e compreendidos. Em Edgar Morin, o referido conceito assume um significado amplo, sendo entendido como a matriz do pensamento ocidental.

estudos apontam que os docentes encontram dificuldades para ministrar aulas sobre esta temática, as causas são diversas, dentre elas, apontamos como uma das hipóteses, a formação inicial deficiente dos professores. Marcada por um currículo aligeirado e carecendo de aprofundamento teórico-prático. Corroborando com o exposto acima, temos imensos desafios, como o de formar e capacitar professores com qualidade³, seja na formação inicial, quanto na formação continuada.

Para que consigamos, superar e criar estratégias, para o enfrentamento dos constantes desafios que temos, visando o desenvolvimento de práticas emancipadoras em nossas escolas: um dos desafios é desenvolver um trabalho pedagógico com qualidade, que garanta a efetiva implementação da Lei n. 10.639/03 em nossas escolas.

Desafios que passam pela necessidade de superar a debilidade dos currículos - que ainda privilegiam a perspectiva da branquitude, do masculino e do eurocentrismo. Nos propomos nesse texto, a apresentar, socializar algumas práticas que foram desenvolvidas em nossa sala de aula, apresentamos algumas possibilidades de trabalho com os alunos da EJA – anos iniciais.

Dando continuidade, à exposição de algumas questões, sobre a formação dos professores da EJA – visando a sua atuação pedagógica, na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observamos que, historicamente a EJA apresenta imensos desafios aos professores –

tendo em vista que os nossos cursos de formação – licenciaturas – pouco enfatizam as discussões sobre a EJA, em seus currículos de formação inicial, bem como, sobre a África. A respeito da ausência de discussões sobre a África nos cursos de formação de professores, OLIVA, assim se expressa:

“Muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente”. (OLIVA, 2003)

A formação continuada de professores é imprescindível para a construção de uma escola democrática e de qualidade – proporcionando a constante atualização da profissão docente, é dever do poder público. Estados e municípios devem ter esse foco permanente, com ações voltadas para o educador que busca qualificação e ressignificação de suas práticas. Em uma país marcado pela desigualdade racial e pela injustiça social, observamos que a exclusão do pensamento negro, bem como, a lógica de desvalorização da África, nos currículos escolares e na academia, são sintomas desse racismo estrutural. Essas práticas tem sido questionadas nas últimas décadas em nosso país. Ações, vem sendo propostas e desenvolvidas,

³ Qualidade da educação é um termo polissêmico e, dessa forma, encerra muitos conceitos e indagações, sendo necessário trazer

à cena as mais diversas situações e os diferentes sujeitos para uma melhor compreensão da qualidade a qual almejamos.

objetivando problematizar as questões raciais na escola.

A lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 incluíram no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesse contexto se insere o projeto “África em sala de EJA”. Objetivamos apresentar, conhecer e problematizar uma África moderna, potente, com riquezas naturais, uma cultura pujante e economia em crescimento. superando uma visão negativa, preconceituosa e desatualizada de África. Nesse sentido, a formação de professores deve visar a ampliação do repertório dos docentes, propondo práticas, para que o professor consiga desenvolver um novo olhar sobre a África e os 54 países africanos em sala de aula, nosso objetivo foi o de abordar este conteúdo de forma interativa e dinâmica com os nossos alunos. ressaltando os saberes, conteúdos e sua importância, bem como, apresentar possibilidades de utilização do Atlas GeoCultural da África.

Iniciei o trabalho de sensibilização com os alunos da EJA. Apresentando a história da professora do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Sônia Guimarães, mulher negra, que foi premiada no ano de 2021, com o “troféu professor emérito”, Em seu discurso por ocasião da premiação, a pesquisadora e professora, apontou algumas contradições raciais no Brasil, ela recordou episódios ocorridos na sua formação inicial: “uma mulher racista me disse: você nunca vai aprender física, outra que nem me permitiu me inscrever para uma bolsa de iniciação científica disse, você nunca vai usar física para nada, por que vou desperdiçar uma

bolsa dessas com você, continua ela: querem saber o resultado das pesquisas? criei uma técnica para desenvolver sensores de radiação infravermelha que vão na cabeça do míssil. Conclui a professora do ITA: queria ver a cara dessa gente machista e racista”. A Professora Sônia, assim se manifestou, contundentemente, denunciando o racismo existente em nosso país e enaltecendo o trabalho das professoras, durante a pandemia da COVID-19:

“Muitas pessoas duvidaram que, por ser uma mulher negra, seria capaz de ser uma pesquisadora, cientista e professora. Esse prêmio é mais uma prova que estavam errados. Nesta época de pandemia, tenho visto professoras fazerem milagres com nenhum recurso. Por favor, não desistam. Na mão de vocês está o futuro de uma nação. Quem vai qualificá-los é você, professor, professora”, (CIEE, 2021).

Com a reverberação das palavras proferidas por uma mulher negra, levantamos, com os alunos, questões que sinalizaram a necessidade de realizarmos um debate profundo. Os negros são a maioria no Brasil. Temos uma parcela do povo preto e pardo, ávido por mudanças estruturais, que superem as práticas racistas, que só vem contribuindo para a continuidade da desigualdade e da discriminação. É impossível se desenvolver, se transformar com o racismo ainda presente.

Diante desse quadro e frente às pressões realizadas pelo movimento negro em busca de transformações, na segunda metade da década de 1990, que algumas medidas foram tomadas pelo governo federal, como a revisão de livros didáticos, que apresentavam imagens estereotipadas de negros e indígenas, ainda na de década de 1990,

diversos municípios elaboraram leis orgânicas, nas quais se estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história da África e, da mesma forma, foram criados cursos de qualificação relacionados ao assunto e voltados para professores. Alguns municípios inseriram em seus Planos Municipais de Educação, metas referentes à temática étnico-racial⁴

Em 2003, na esteira da construção de um país mais democrático e emancipador, o governo federal brasileiro aprovou a lei n.10639/2003 que obriga a inserção nos currículos escolares, das escolas públicas e particulares, de conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileiras nas salas de aula

Passados mais de 19 anos da entrada em vigor da lei n.10639/2003, o quadro ainda é preocupante, muitos municípios ainda não incorporaram nos currículos escolares, conteúdos que tratam da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas. Além disso, boa parte dos professores no exercício da profissão permanecem sem formação específica com cursos que os orientem, problematize a temática, visando a implementação da lei supracitada.

Aqui apresento um primeiro ponto como proposição – não conseguiremos avançar na implementação da lei 10.639/03 sem que as redes de ensino, de fato assumam o seu papel, ou seja, o de oferecer formação com a temática étnico-racial voltada para a formação de professores. Da maneira como está, temos que individualmente buscar formação, visando trabalhar na

educação das relações étnico-raciais. Com ações mais integradas, cursos, formação específica, conseguiremos oferecer subsídios aos professores e gestores para a aplicação efetiva da lei, como forma de estimular a prática docente nos princípios da pluralidade e do respeito às diferenças, contribuindo para a construção de uma educação antirracista.

Como os desafios são muitos, é necessário que busquemos conhecer e ensinar as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, com qualidade e sem abrir mão dos conteúdos curriculares, combater o racismo e promover a igualdade por meio da educação, nas nossas salas de aula, tão plurais e tão desiguais. Esses são apenas alguns dos desafios que temos como educadores e como cidadãos. Vamos apresentar, na próxima seção, algumas possibilidades de desenvolvimento de trabalho com o apoio do Atlas Geocultural da África, produzido pelo professor Odair Marques da Silva, com o objetivo de subsidiar o nosso trabalho docente – ou seja, as nossas práticas pedagógicas.

1.2 Desenvolvimento do projeto de práticas antirracistas na EJA

É importante apresentar e contextualizar esse breve histórico com os alunos da EJA. Cabe perquirir: quais as ações didáticas metodológicas que

⁴ Campinas inseriu em seu Plano Municipal de Educação, LEI Nº 15.029 de 24 de junho de 2015 a META 22 - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - O NEGRO E O INDÍGENA BRASILEIROS que visa:

Criar e consolidar políticas públicas educacionais que garantam a implementação das Leis nº 11.645/08 e nº 10.639/03 nas instituições de educação de Campinas.

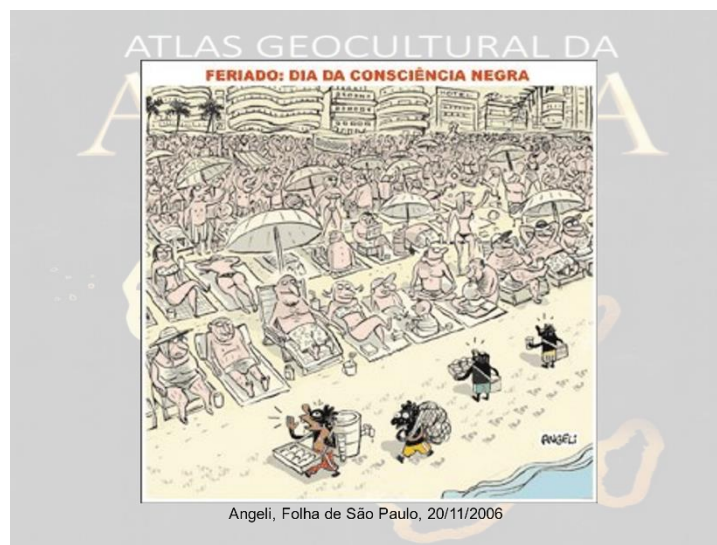
envolvem a lei nº 10.639/03 no contexto da vivência educacional da EJA? as respostas, são incipientes, vagas, poucas ações são desenvolvidas na interseção entre a EJA e as práticas para a implementação da Lei nº 10639/03.

Visando superar essa triste realidade, devemos enfatizar que práticas pedagógicas devem estar diretamente relacionadas à necessidade de mudarmos nosso olhar, construir um novo paradigma, nesse sentido, propomos iniciar o desenvolvimento do “Projeto África em sala de EJA”, com o estudo do continente africano, apoiado em um trabalho interdisciplinar. Nesse caso, precisamos também olhar um pouco para os nossos Projetos Político Pedagógico (PPP).

A nossa proposta de prática pedagógica, foi dar continuidade, após a sensibilização realizada com a história e considerações da professora Sônia Guimarães, ao desenvolvimento de ações, para além das datas pontuais de 13 de maio, e 20 de novembro. Nos meses que antecedem o Dia Nacional da Consciência Negra: 20 de novembro, realizamos ações que abordam a temática em forma de oficinas, palestras e aulas; e que a semana do feriado (20 de novembro) será reservada para a culminância das ações. Propus a discussão do gênero textual: Charge⁵ para essa contextualização:

⁵ A charge é um gênero jornalístico que se utiliza da imagem para expressar à coletividade o posicionamento editorial do veículo. É uma crítica carregada de ironia e que reflete situações do cotidiano. O termo

Figura 1 Feriado: Dia da Consciência Negra



Por meio da charge, os alunos problematizaram o feriado de 20 de novembro, desenvolvendo a capacidade de compreender a dinâmica da comemoração, que registra a data no ano de 1695, em que morreu Zumbi dos Palmares. Este foi a liderança mais conhecida do chamado Quilombo dos Palmares, que se localizava na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas.

Esperamos que esses temas e discussões nos ajudem a recontar a história do negro brasileiro e da África, que historicamente é vista e apresentada como um continente pobre. Falando um pouco sobre educação de jovens e adultos, educar é um processo natural da vida humana. a educação se dá desde o princípio da vida e se estende até o fim da trajetória de qualquer pessoa em nossa sociedade, temos instituído a obrigatoriedade da

charge é oriundo do francês charger e que significa carga, exagero e ataque violento. As charges retratam situações da atualidade.

educação formal na infância, perdurando até o fim da adolescência, entretanto, apesar da educação básica ser um direito de todos e legalmente obrigatória no Brasil.

Observa-se por meio dos dados quantitativos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vários são os motivos que levam as pessoas a estarem fora dos bancos escolares, em sua maioria, associados a fatores de ordem econômica e social, culminando na negação do direito à educação. Outro índice que comprova tal negação, se refere aos jovens e adultos com mais de 18 anos de idade que não concluíram o ensino fundamental na idade correspondente ao ensino regular: aproximadamente 60 milhões de pessoas (IBGE, 2014).

Com vistas à superação dessa realidade, é imperioso oferecer possibilidades para retomada dos estudos, garantindo o direito a educação, assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). desse modo, a EJA configura-se, como um espaço onde jovens, adultos e idosos buscam o que lhes foi negligenciado, negado, em tempo oportuno.

Apresentaremos a seguir tópicos para colaborar com a construção de propostas pedagógicas que considerem a dimensão da igualdade racial na EJA, algumas proposições práticas:

A) Introduzir a temática racial no currículo da educação de jovens,

adultos e idosos de modo que ela permeie todo o cotidiano escolar e não somente projetos isolados - interdisciplinaridade.

B) Abordar a temática igualdade racial na educação de jovens adultos e idosos por meio de problematizações sobre as diferenças.

C) Os materiais didáticos devem contemplar todos os grupos étnico-raciais.

D) A prática pedagógica deve ser capaz de garantir a valorização da cultura negra e personalidades negras relevantes e a construção de um novo olhar sobre a África.

As práticas desenvolvidas na EJA, devem pautar-se pela compreensão de que a construção de uma proposta de trabalho, deve reconhecer as especificidades do público da EJA, que perpassa diversos aspectos como: a diversidade de sujeitos educandos com características peculiares; a preocupação com a existência de uma infraestrutura que acolha a realidade desse público; a elaboração de propostas significativas. Em se tratando de materiais visando a construção de uma escola com práticas antirracistas, a realidade para a EJA, é ainda mais escassa do que para a escola regular. Como trabalhar a lei nº 10639/03 com a EJA?

É nesse sentido que a nossa proposta visa percorrer, a inclusão de conhecimentos sobre a educação das relações étnico-raciais e sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, protagonizada pelo movimento negro, que representa um avanço político e pedagógico na história da educação e da escola brasileira, resultado do colonialismo, a sociedade brasileira carrega em pleno século XXI, as marcas

de um país com 350 anos de escravidão do negro, e com desigualdades abissais entre negros e brancos.

Essa breve exposição contribui para identificarmos que as análises sobre o racismo e as desvantagens escolares da população negra são imensas, e com elas as possibilidades de melhor entendermos o fenômeno das desigualdades raciais na educação e os mecanismos de discriminação existentes nas práticas pedagógicas. O campo da EJA, se mostra um território fértil para problematizar e inserir as questões étnico-raciais, que levem a ressignificar a figura e a imagem do negro, sua identidade.

Apresentamos algumas discussões que vão fazer uma revisão de paradigmas e concepções sobre o continente africano – visão que o Atlas GeoCultural da África nos apresenta, desenvolvendo o exercício de práticas antirracistas. Manifestando-se sobre a Lei nº 10639/03, o antropólogo Kabengele Munanga, assim se posiciona: “configura uma correção do esquecimento da memória positiva da escravidão na história do Brasil, por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”

Ao propormos a inserção de práticas pedagógicas antirracistas na EJA, não se pretende que as questões raciais sejam abordadas somente quando existirem estudantes negros, mas, sim, que se constituam em princípios, conhecimentos, atitudes e valores para todos, independentemente da cor/raça, forjando novas relações étnico-raciais na sociedade brasileira. A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, se apresenta de maneira muito rasa e superficial, a respeito das

propostas curriculares para a EJA, não são aprofundadas.

Nessa nova abordagem sobre a África e o negro, deslindamos a importância de se discutir uma África, a partir de novas possibilidades, assim como o exposto abaixo em trecho do Atlas GeoCultural da África:

“A base de todo o conhecimento humano vem da África, e a civilização se origina neste continente berço da humanidade. as primeiras ferramentas, a invenção do fogo, a tecelagem, a estética, a fala, o ensino, escrita, matemática, química, filosofia, espiritualidade, metalurgia, medicina, urbanização, engenharia, astronomia, farmácia, agricultura, pecuária e ciências deram seus primeiros passos no velho continente e foram copiados por diversos povos, entre eles os gregos e romanos”. (Atlas GeoCultural da África p. 5)

Nos perguntamos, porque esse continente é tão desvalorizado? a partir de uma visão eurocêntrica, historicamente construída, uma imagem que não condiz com a realidade da África atual. Essa tem sido a nossa tarefa, ou seja, a de contribuir para a desconstrução dessa visão equivocada, revendo um paradigma equivocado.

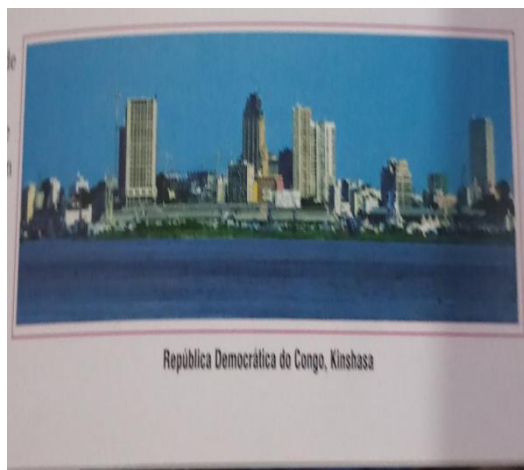
Partindo de texto do Atlas GeoCultural da África, propomos aos alunos do ciclo mais avançado, já alfabetizados, que realizem a interpretação do texto, voltado para o grupo mais avançado, que já consegue ler e interpretar um texto.

Outra atividade proposta, trata-se de um caça palavras, com a temática abordada no texto, sobre o tema estudado. Essa atividade é voltada para os alunos que estão em processo de alfabetização. Em seguida, apresento as atividades desenvolvidas com a

turma no âmbito do Projeto desenvolvido:

Apresento a imagem e o texto utilizados para a desenvolvimento do trabalho pedagógico:

Figura 2 – República Democrática do Congo



Fonte: Atlas Geocultural da África, pg. 39

O complexo de usinas hidrelétricas de Ingá firma-se como um arrojado projeto de infraestrutura e sustentabilidade ao país. em parceria com a África do Sul, a sua ampliação objetiva atender à demanda de energia limpa e renovável.

Na república democrática do congo também se destacam o porto profundo de Matadi, o edifício Crown Tower e o bairro La Cité Du Fleuve, além da zona portuária e econômica de point noire.

Em perfil cultural, nota-se a coletânea de esculturas instaladas em vários de seus espaços públicos. em ensino superior, realçam-se a Catholic University of Congo, a Loyola University, a Universidade de Kinshasa a e Université Protestante Au Congo

Interpretação de texto:

- 1 – De que país estamos tratando?
- 2 - O complexo de usinas hidrelétricas de Ingá tem qual objetivo, e tem parceria com qual país?
- 3 – Cite duas instituições de ensino superior na república democrática do congo?
- 4 – O que se destaca na região portuária?
- 5 – Qual a fonte das informações?
- 6 – Das informações trazidas pelo texto acima, quais questões ou temáticas mais lhe chamaram a atenção?

Caça-palavras: República Democrática do Congo

E	E	S	P	A	Ç	O	S	T	R	H	I	K	E
D	E	F	V	G	D	H	J	C	Y	B	U	M	N
F	O	B	U	S	A	N	O	N	O	N	O	M	E
W	U	N	I	V	E	R	S	I	D	A	D	E	R
A	S	D	E	R	T	U	S	A	F	B	I	M	G
G	T	V	Y	U	N	V	M		M	C	O	M	I
							R						
D	E	F	G	Q	M		R	V	U	J	D	O	A
S	E	D	R	C	T	B	C	O	N	G	O	J	O
D	R	U	S	I	N	A	V	U	I	O	P	S	V
X	E	C	T	C	O	B	J	P	T	B	I	P	N
S	P	C	T	F	Á	F	R	I	C	A	B	U	O
D	O	S	T	U	B	R	B	U	I	O	B	V	E
A	R	V	Y	R	I	N	O	P	D	T	B	U	O
V	T	D	E	C	U	L	T	U	R	A	N	I	P
D	O	V	Y	B	U	N	O	P	B	E	N	I	M
V	G	H	D	R	C	Y	V	U	B	U	B	O	D
F	T	G	T	B	U	I	J	L	O	N	P	Y	P
C	E	S	C	U	L	T	U	R	A	V	Y	D	T
H	U	N	O	P	S	E	V	T	B	Y	J	U	L
R	E	N	O	V	Á	V	E	L	V	V	T	B	I

congo – renovável – escultura – porto – usina- África- universidade - energia -espaços – cultura (horizontal e. Vertical.)

Uma outra proposta desenvolvida, disse respeito ao Egito, introdução do Egito. Uma questão que me lembro ao tratar do ensino: “vamos estudar a África e o Egito antigo” como se o Egito não fosse, não pertencesse à África - o próprio Atlas GeoCultural da África, apresenta a informação de que 90% do território da República Árabe do Egito está na África – muito embora seja um país chamado transcontinental – pois tem território em dois continentes: África e Ásia – porque comumente o Egito não é visto como um país integrante da África?

Desde 2003, a Lei nº 9.394/96 alterada pela Lei nº 10.639/03 estabelece que as escolas brasileiras se comprometam a abordar a cultura africana e afro-brasileira nos diferentes níveis de ensino, com o objetivo de trazer o debate e a valorização do diálogo igualitário entre os diversos segmentos que compõem o povo brasileiro, com ênfase nos desafios vividos pela população afrodescendente.

Um outro material de apoio foi o livro “Núbia – rumo ao Egito”, de autoria da Dra. Maria Aparecida Silva Bento, traz a história de Núbia, uma menina de 10 anos, todo ano sua escola participa da olimpíada da cidadania, uma competição cultural entre as escolas de todo o estado, que oferece, prêmios para os alunos vencedores e também para as escolas. este ano o tema é "a África e os descendentes africanos no Brasil". caso Núbia passe essa etapa, a personagem terá que pesquisar e fazer o trabalho, se envolvendo em uma divertida e curiosa aventura. e o prêmio é uma viagem ao Egito.

Mesmo não sendo um material especificamente voltado aos adultos, o

livro foi uma ótima escolha, na medida em que nos deu oportunidade para contextualizar com os alunos, a história da civilização e do Reino da Núbia, bem como, apresentar o Egito antigo e o Egito contemporâneo, lembrando que não prescindimos da ancestralidade, mas sim, compreendemos que o contemporâneo não é oposição à ancestralidade, é continuidade e complementaridade.

3 - A GUIA DE CONCLUSÃO:

Como discorremos no texto apresentado, a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que estabeleceu as diretrizes e bases da educação básica nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e da África, emerge de um conjunto de ações afirmativas. Assim colocada, visa à garantia de que medidas sejam adotadas, a fim de reparar desigualdades históricas a que determinados grupos sociais, no caso, os negros, foram submetidos.

Ela propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura do segmento afrodescendente da população, e por si só não efetiva esses conhecimentos, mas é um instrumento fundamental para a mudança de paradigmas sobre o tratamento das desigualdades raciais.

Como integrar a temática do racismo e das desigualdades raciais, ao refletirmos sobre o tipo de educação que queremos? como o ambiente educacional organiza seu cotidiano diante da presença do preconceito e de discriminações raciais? Isso tudo interligado com as questões que envolvem a EJA – anos iniciais, às questões sobre alfabetização e

letramento e problemas matemáticos, que não apresentamos nesse texto, mas que trabalhamos com os nossos alunos.

Desenvolvemos, nesse “Projeto África em sala da EJA”, algumas possibilidades de enfrentamento às questões envolvendo a temática supra citada, projeto que se encontra em desenvolvimento, o processo de ensino aprendizagem tem se mostrado muito vigoroso, na medida em que, ao propormos as discussões desses temas, polêmicos, os alunos jovens, adultos e idosos, tem conseguido refletir, sobre essas temáticas, tão mal resolvidas em nossa sociedade como nos mostrou a professora Rita Chaves quando assim se expressa: “O inventário das relações entre o Brasil e o continente africano é um capítulo ainda a ser escrito em nossas histórias. pela natureza do processo, pelas lacunas deixadas, pelos traumas provocados em séculos de laços tão confusamente atados, o tema ainda hoje suscita paixões e mexe com sensibilidades muito acesas, o que traduzindo a dificuldade da abordagem, confirma a urgência de algumas tentativas” (CHAVES, 2005, p. 275)

Ao discutirmos, com os alunos da EJA essa temática, levantamos, algumas polêmicas e enfrentamentos, construímos algumas respostas, que nos orientam sobre alguns caminhos pedagógicos, ressaltam sobre nossa responsabilidade social, por um ambiente antirracista na escola.

São reflexões construídas junto com estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, pessoas do povo, cidadãos brasileiros, que tiveram o seu direito à escola, muito tardiamente garantido, reforçando que a dualidade

educacional ainda se faz presente em nossa sociedade. A partir da observação sensível, da imagem do negro e do continente africano, estamos trabalhando no sentido de alterar essa situação de invisibilidade e de silêncio, a partir de práticas pedagógicas transformadoras, que contribuam para a construção de uma educação antirracista e uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Coleção: Feminismos Plurais, Ed. Letramento, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. disponível em: <www.basenacionalcomum.mec.gov.br>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Núbia: Rumo ao Egito. FTD Editora, São Paulo, 2008.
- CHAVES, Rita de Cássia Natal. O Brasil na cena literária dos países africanos de língua portuguesa. In CHAVES, Rita (org) Angola e Moçambique: 4experiência colonial e territórios literários. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005, pp. 275-286.
- GOMES, Nilma. Educação e Relações Raciais. in: Munanga, Kabengele.[org.]. Superando o Racismo na Escola. 2. ed. Brasília, MEC/SECAD, 2008. p. 143.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinicius B. e BRITO, José Eustáquio. Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: Lutas, Conquistas e Desafios. Educação & Sociedade, v. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?format=pdf&lang=pt>
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos Bancos Escolares.

Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n. 3, 2003, pp. 421-461.

OLIVEIRA, Iolanda de (org). Relações Raciais e Educação: Novos desafios. Rio de Janeiro: DP&Aa, 2003.

Presidência da República. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, 10 jan. 2003.

Revista Brasileira de Estudos Africanos. Porto Alegre, v. 6, n. 12, jul./dez. 2021

SILVA, Odair Marques da. Atlas GeoCultural da África: um olhar brasileiro, São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2020.